



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

O TRAVESTI, A TRAVESTI: NOMEAÇÃO, TRAJETÓRIAS, PERDAS E GANHOS

Marinete dos Santos Silva

Historiadora e professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
mdss@uenf.br

Rafael França Gonçalves dos Santos
Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
rafael.fgs@hotmail.com

O travesti, claro, nunca é inocente; quase sempre é uma revelação peculiarmente expressiva ainda que paradoxal, de necessidades ocultas (CASTLE, 1999: 195).

Introdução

Segundo o dicionário Aurélio, o termo travesti é um galicismo que tradicionalmente designa a pessoa que, pertencendo a um sexo, se veste com trajes considerados de outro. O Dicionário Houaiss da língua portuguesa considera que a palavra teve sua primeira aparição em 1543, significando *disfarçado*. É derivada de *travestire*, ou seja, disfarçar-se.

Nosso artigo pretende mostrar que através da história, o travestismo ou a travestilidade foi utilizada por homens e mulheres em um espectro que traz vantagens e desvantagens para cada indivíduo. No caso das mulheres embora pudessem sofrer sanções sociais, pelo fato de ser uma transgressão de gênero, trazia para elas a possibilidade de ganhos políticos e simbólicos. Já para os homens, além, das sanções sociais, trazia para os mesmos a possibilidade de perdas políticas e simbólicas. Procuraremos mostrar, também, que a travestilidade masculina é caracterizada por uma autonomação que dá início ao processo de construção de uma identidade que será trabalhada cotidianamente na busca por uma aparência cada vez mais feminina. Em contrapartida, no caso das mulheres que se travestem, não ocorre essa autonomação que será substituída pelo uso do primeiro nome no aumentativo ou, simplesmente, a utilização do nome de família.



Um nome, um destino.

Do ponto de vista gramatical, o travesti designaria o homem que se traveste e a travesti a mulher que realiza o mesmo. Vemos, entretanto, que na atualidade os homens que se travestem reivindicam para si próprios a designação no feminino. Contrariamente, as mulheres não apresentam essa demanda de forma tão veemente. Geralmente a *masculinização* da mulher é realizada com a colocação de seu nome de registro na forma aumentativa. O movimento organizado de travestis e transexuais têm reivindicado a priorização do gênero sobre o sexo, na medida em que defende que a construção social por eles efetivada seja mais importante do que a realidade biológica apresentada. Dessa forma, a travesti indicaria o homem que elabora uma realidade feminina em seu corpo, enquanto o travesti faria referência às mulheres que fazem a mesma transgressão. Nesse sentido Bourdieu (2000) observa que o movimento gay é mais operante em seu aspecto reivindicativo e impõem-se de maneira mais efetiva que o das lésbicas, verificando-se no próprio movimento a lógica da dominação. Os homens, mesmo travestidos, guardam uma combatividade tipicamente masculina, ao passo que as mulheres investem menos nesse campo.

Os homens que se travestem, ao criarem um nome social feminino, se remetem em geral ao mundo artístico. Escolhem nomes de atrizes ou modelos, mulheres em geral bonitas e famosas, que supostamente teriam um grande poder de seduzir e encantar o sexo oposto; dominando-o através da utilização das artimanhas femininas: o charme, a beleza, a docilidade, a sensualidade. Percebe-se, pois, que há uma nítida associação com um modelo de feminino bastante erotizado. Elas são em geral: Jennifer, Grace Kelly, Shana Carla, Gladys Adriane, Paulette etc.

Esse pretense poder de sedução das mulheres é, entretanto, questionado por Michelle Perrot. Ela considera que as mulheres não têm poder, na verdade elas têm apenas pequenos poderes, em geral difusos e ligados à vida privada, ao lar, sobretudo. O verdadeiro poder, segundo ela, fica nas mãos dos homens. O poder de sedução das mulheres frequentemente se volta contra elas próprias, que são associados ao maléfico, à Eva, que ao seduzir o homem, o leva à perdição e como tal, deve ser punida (PERROT, 1992).



No caso das mulheres que se travestem, a masculinização é realizada geralmente com a colocação de seu nome de registro na forma aumentativa. No filme *Ó, pai ó*, dirigido por Monique Gardenberg, a personagem que assume o estereótipo masculino é chamada de *Neuzão*. É respeitada por todos da comunidade, impondo-se de forma clara como proprietária de um bar. Recentemente, na campanha para as eleições presidenciais, a candidata Dilma Rousseff foi pejorativamente chamada em charges jornalísticas de *Dilmão* e apresentada caricaturalmente com músculos e postura masculina em uma clara referência à sua energia, dureza e assertividade na condução dos assuntos políticos, valores que são considerados estritamente ligados aos homens (CRIZÓSTOMO, 2011). Deve-se ressaltar que o uso do nome no aumentativo é uma característica dos homens, indicando geralmente tratar-se de alguém corpulento, alto, forte, como por exemplo: Serjão, Faustão, Murilão, Carlão.

Nos anos 80 uma marchinha do carnaval carioca intitulada *Maria sapatão*, do compositor João Roberto Kelly, interpretada pelo apresentador Chacrinha, fez grande sucesso. O *sapatão*, no caso, referia-se à uma mulher que de dia era “Maria” e de noite era “João”. O aumentativo foi acionado para mostrar a masculinização da Maria, demonstrada pelo tamanho do seu pé.

No filme *Meninos não choram*, dirigido por Kimberly Pewirce, o personagem que se traveste de homem se faz chamar pelo nome de família, não criando um nome masculino especial. Brandon, seu sobrenome, cria, entretanto, uma ambiguidade que a masculiniza, pois geralmente apenas os homens são chamados dessa forma.

Tais nomes atribuídos às mulheres que se travestem remetem à características masculinas como força, respeitabilidade, dureza, buscando associá-las a um universo de nobreza e distinção. Tal fato, por vezes, pode indicar também um viés pejorativo que rebaixa a feminilidade da pessoa.

Jennifer, Shana Carla, Neuzão e Brandon

O historiador Terry Castle observou que a cultura do século XVIII pode ser chamada de cultura travesti sobretudo em Londres onde “a manipulação das aparências era ao mesmo tempo uma estratégia privada e uma instituição social.” (CASTLE, 1999: 196). Para ele, o travesti tinha uma “função subversiva” na vida do século XVIII ao



desafiar os “modelos ordenadores da própria cultura”. A pessoa travestida era vista como uma “afronta à natureza e à ordem natural das coisas”. A falta de diferenciação sexual dada pela roupa propiciaria a ocorrência de irregularidades. Mesmo sendo duramente criticado pelos moralistas da época, o ato de travestir-se personificando outro sexo que não aquele legado pela natureza, continuou, segundo Castle, “sendo uma das mais sutis obsessões da época”. Esse travestimento realizado por ocasião dos bailes de máscaras deixava entrever uma nova consciência erótica. A troca de roupas indicava uma troca de desejos, novos prazeres poderiam ser experimentados. Embora esses bailes nem sempre fossem necessariamente espaços de trocas sexuais, havia neles uma possibilidade ímpar de que tais trocas ocorressem. Daí porque, ficaram conhecidos como locais de *bacanais*. Mesmo as mulheres, tiveram possibilidades até então desconhecidas de vivenciar novas experiências eróticas que, sem dúvida, contribuíram de alguma forma para sua emancipação. Os homossexuais, por seu turno, também lograram algum grau de liberdade, na medida em que eram frequentemente criticados de forma bastante dura (CASTLE, 1999:211).

Gênero e sexualidade aparecem inextricavelmente ligados. A associação é quase que automática. “A lo largo del siglo XIX, el travestismo fue una práctica sospechosa: una forma no permitida de transgresión sexual, um indicio de hipersexualidad o sodomia” (WALKOWITZ, 1992: 89). Porém, é importante problematizar esta associação, e estabelecer alguns limites. Há uma diferenciação entre gênero e sexualidade. O destaque deste aspecto pode ser relevante na tentativa de compreender o amplo universo que compõe as vivências sexuais, sem a pretensão de definir o normal e o patológico. No trabalho apresentado por essa autora é demonstrada a interessante articulação feita entre a experiência da travestilidade e a sexualidade entre mulheres. Neste estudo ela faz uma diferenciação entre o travestismo e as amizades românticas. Ambos os casos referem-se à vivência da homossexualidade entre mulheres. Todavia, há um significativo corte de classe. As mulheres que tinham a experiência travesti eram comumente das classes proletárias e médias, e viam nessa elaboração do masculino a possibilidade de angariar um prestígio social que *jamais* teriam se vivessem apenas o feminino, tendo em vista que não dispunham de fartos recursos econômicos. Já as mulheres que vivenciavam as amizades românticas eram, em geral, de classes mais abastadas economicamente. Assim, dispunham de um capital econômico que lhes



permitia sustentar uma experiência homossexual sem que, para tanto, tivessem que realizar uma transgressão de gênero. Havia até mesmo certa permissividade cultural para o afloramento dessas amizades românticas (WALKOWITZ, 1992: 90).

No carnaval do Brasil, considerado pelo antropólogo Roberto da Matta (1997) como a festa da inversão, o travestimento apareceu não apenas para os homens em seus ruidosos “blocos das piranhas” onde protagonizam mulheres grávidas, enfermeiras, empregadas domésticas e mães com filhos pequenos ao colo, em espetáculos grotescos, na busca por ridicularizar o sexo oposto. Entre as mulheres, sobretudo nas periferias e subúrbios do Rio de Janeiro, pontuam os *pai João*. Vestidas com roupas masculinas, mal enjambradas e portando máscaras e luvas, elas se divertem sem a preocupação de serem reconhecidas e apontadas como mulheres *pouco sérias*. Em certa ocasião ao perguntarmos a uma delas por que se travestia daquela forma, disse-nos que o fazia para poder brincar o carnaval livremente, sem que os homens a tocassem de forma libertina, e sem que a vizinhança e os conhecidos a julgassem. Vestida de forma masculina, sentia-se livre para fazer o que bem quisesse.

Se efetivamente, como destacou Castle, o travesti nunca é inocente, cabe então tecermos algumas considerações sobre os usos políticos da travestilidade. Na França Madeleine Peletier, feminista destacada e médica psiquiatra, propugnava o travestimento das mulheres nas duas primeiras décadas do século XX sob a alegação de que esta era uma atitude política. Vestidas como homens, as mulheres poderiam ter, segundo seu entendimento, os privilégios atribuídos a eles. Tal atitude lhe trouxe grandes problemas. Não raro, foi molestada e ofendida publicamente quando apanhada em flagrante. Ironicamente, terminou seus dias internada, como doente mental, no hospital onde havia iniciado sua carreira.

No mesmo período no Brasil o caso de Antônia nos chama atenção. Jovem e *mulata*, perdeu o pai que lhe deixou uma herança. Dispondo de recursos, resolveu viajar e para não ser incomodada e ter acesso a lugares interditos às mulheres, vestiu-se de homem. Foi descoberta e presa e na sequência enviada ao Juquery – hospital psiquiátrico tradicional de São Paulo – onde morreu alguns anos depois (CUNHA, 1989: 140-1).

Vê-se que em ambos os casos, tanto no de Madeleine Peletier – culta, branca e rica - quanto no de Antônia – mulata, pobre e sem muita escolaridade – as mulheres



buscavam uma liberdade que até então lhes era negada. As roupas masculinas funcionavam como um passaporte para que pudessem desfrutar das benesses do mundo dos homens. Vale destacar que ambas tiveram um fim doloroso. Evidencia-se, portanto, que a *patologia* que acometia essas mulheres nada mais era do que a transgressão da ordem de gênero. Em um período em que a ciência médica estabelecia um lugar específico para as mulheres – a maternidade e o lar – aquelas que não se enquadrassem nesse perfil automaticamente eram vistas como anormais.

Mesmo sem um final feliz, Madeleine Peletier e Antônia, tão distantes não só em termos geográficos, mas também em termos sociais e étnico-raciais, alimentavam aspirações semelhantes: queriam gozar dos privilégios de ser homem, de experimentar aquilo que Bourdieu classifica como nobreza (BOURDIEU, 2000). Para esse autor, ser homem implica em possuir um lugar privilegiado do ponto de vista social equivalente à nobreza. Aos homens cabem as atitudes espetaculares, os grandes feitos, o gozo da liberdade plena. Suas atividades são as mais prestigiosas e bem remuneradas. Aquelas exercidas pelas mulheres, geralmente no espaço privado, quando assumidas por um homem no espaço público ganham uma nova aura, como, por exemplo, o ato de cozinhar ou de costurar.

A travestilidade masculina pode ser vista também como uma atitude política. É bem verdade que ao vestir-se com roupas femininas, um homem automaticamente despe-se da nobreza tão bem descrita por Bourdieu. Essa atitude, entretanto, nem sempre é avaliada dessa forma por aqueles que a tomam. Em Campos dos Goytacazes, é bastante notória a figura de Shana Carla, travesti que circula na cidade atuando na prostituição e nos meios boêmios. Em depoimento nos revelou que passou a se vestir de mulher, pois era bastante maltratada quando era *gayzinho*, ou seja, vestindo-se com roupas andróginas e usando seu nome de registro. Quando passou a travestir-se julgava melhorar sua condição, abandonando seu modesto emprego e enveredando por um caminho que ela considerava ser melhor. Entretanto tal não se verificou. Teve problemas graves com a polícia e com outras pessoas que não aceitavam que ela pudesse ser uma *mulher bem sucedida*, tendo em vista que ela possuía um carro e era uma das mais solicitadas para a realização de programas (SILVA e BILA, 2009).

Jolivete foi outra travesti de bastante destaque em Campos dos Goytacazes. Embora não assumisse a *construção completa* de uma feminilidade, pois apenas se



maquiava, trajando-se de forma andrógina no dia a dia, vestindo-se totalmente como mulher somente em ocasiões especiais, sofreu perseguições por ela própria descritas em seu depoimento. Percebe-se, pois que o simples fato de não assumir integralmente a construção de uma masculinidade socialmente aceita, fez dela um alvo da homofobia que se manifestava, sobretudo, em lugares públicos (SILVA e BILA, 2009).

Na área de prostituição da cidade de São Carlos, interior de São Paulo, existe a chamada *função*, quando homens de carro, motocicleta ou mesmo bicicleta passam nas ruas onde as travestis se prostituem para rirem, humilhares e se divertirem a custa delas. Essa *função* envolve atirar ovos, garrafas ou cuspir sobre elas, podendo chegar à prática de violências como as *curras*, quando as travestis são forçadas a fazer sexo oral sem o uso de preservativos (PELÚCIO, 2005).

Perdas e ganhos

A homofobia, como bem observa Daniel Welzer-Lang recai sobre aqueles que se recusam a trilhar o caminho da masculinidade:

O paradigma da dominação masculina divide homens e mulheres em grupos hierárquicos, dá privilégios aos homens à custa das mulheres. E em relação aos homens tentados, por diferentes razões, de não reproduzir (ou o que é pior, de recusá-los para si próprios), a dominação masculina produz a homofobia para que com ameaças, os homens se calquem sobre esquemas ditos normais de virilidade (WELZER-LANG, 2001: 465).

Assim, a punição aos que se *desviam* do *bom caminho* tem uma aceitação social quase unânime, sendo encampada pela maior parte dos homens que julgam prestar um serviço ao procurarem manter a heteronormatividade, que faz parte do discurso da dominação masculina. Elisabeth Badinter observou que a construção da masculinidade se faz basicamente em uma tripla negação: do feminino, do infantil e do homossexual (BADINTER, 1993). Para ela, a outra face da homofobia é a misoginia, ou seja, o ódio pelo feminino. Certamente é esse ódio pelo feminino que leva os homens, em geral, a detestarem a travesti, que incorpora, quando se envolve com a prostituição, os estigmas de ser *mulher* e puta.

Esther Newton, ao se referir ao gay norte-americano, observa que para ser melhor sucedido no mercado homossexual é necessário que ele possua uma aparência



viril. Segundo ela, é corrente entre os homossexuais masculinos a idéia de que na realidade eles são mais viris que os heterossexuais, pois, dominam, não uma mulher, mas um outro homem. Constata ainda que a homossexualidade é simbolizada, na cultura americana, pelo travestismo. Os travestis profissionais são então os homossexuais de profissão e sobre eles recai o estigma do mundo homossexual (NEWTON, 1979).

Segundo dados do Grupo Gay da Bahia, no ano de 2010 foram registrados 260 assassinatos de homossexuais. As travestis foram as mais vitimadas com um total de 110 óbitos, considerando que formam um contingente menos numeroso que os gays em geral.

O paradigma da dominação masculina se faz presente até mesmo no universo LGBTT. Em um estudo sobre os gays da Farme de Amoedo, rua do bairro de Ipanema, zona sul do Rio de Janeiro, Bila (2009) constatou que os homossexuais masculinos que frequentam esse trecho da praia mais famosa do Brasil valorizam as características viris e discriminam aqueles por eles chamados de *bichinhas poc poc*, ou seja, travestis, em geral vindos do subúrbio. Nesse universo pontuam homossexuais de alta renda e escolaridade.

No caso da travestilidade feminina observada em uma instituição total ocorre justamente a valorização desse masculino, como foi descrito por Souza Francisco (2011). No presídio Carlos Tinoco da Fonseca em Campos dos Goytacazes, interior do estado do Rio de Janeiro, as mulheres que se travestem obtém benesses tradicionalmente concedidas aos homens. A autora cita o caso de uma detenta, a Bernadete, que possuía uma aparência viril: usava cueca, calças compridas, camisa masculina, raspava a cabeça e se ocupava de pequenas tarefas consideradas masculinas, que iam desde o reparo das instalações elétricas e hidráulicas até a manutenção da ordem entre as presas. A administração do presídio delegava a ela o poder de resolver alguns conflitos oriundos do convívio entre as mesmas. Por outro lado, ela ficava isenta de realizar as tarefas consideradas femininas: não lavava, não passava e nem consertava a própria roupa, não cozinhava e tão pouco se ocupava da limpeza do local. A nobreza masculina era desfrutada praticamente em sua totalidade, com todo seu cortejo de reverências. Bernadete nunca foi punida pelo fato de *querer ser homem*. Pelo contrário, gozava de prestígio entre as presas e junto à administração do presídio.



À guisa de conclusão

Vimos, pois, até agora que a travestilidade de homens e mulheres é um fenômeno que possui uma historicidade; tem uma dimensão política e pode ser vivenciada de forma plural. Entretanto cabe assinalar que as perdas e ganhos do ponto de vista social são diferentes. No caso da travestilidade masculina, as perdas objetivas são, em nosso entendimento, maiores. Ao se travestir, um homem adquire a vulnerabilidade feminina: fica exposto a toda sorte de agressões físicas e simbólicas, que normalmente recaem sobre as mulheres. Perde prestígio, poder e as reverências destinadas ao masculino. Não queremos discutir aqui os casos em que a aquisição de uma identidade feminina possa subjetivamente significar prazer e a materialização de uma vontade particular. Procuramos nos deter apenas na questão social.

No caso da travestilidade feminina, os ganhos objetivos e simbólicos são mais evidentes, ainda que não possamos generalizar. Como foi visto por Souza Francisco, no espaço de uma instituição total em Campos dos Goytacazes, ou por Castle nos bailes de máscaras da Londres do século XVIII, a travestilidade quando assumida por mulheres revela-se politicamente vantajosa. Elas ganham a possibilidade de vivenciar uma sexualidade mais livre e atrair para si os privilégios concedidos àqueles que assumem uma identidade masculina.

Contrariamente à travestilidade masculina, as mulheres travestidas não transitam no universo da prostituição, não adquirindo o estigma que caracteriza essa atividade e como tal minimizando o ônus que recai sobre aqueles que não se enquadram na norma.

Referências Bibliográficas

BADINTER, Elisabeth. **XY**: sobre a identidade masculina. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CASTLE, Terry. A cultura do travesti: sexualidade e baile de máscaras na Inglaterra do século XVIII. In: ROUSSEAU, G. S. e PORTER, Roy (org.). **Submundos do sexo no Iluminismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

CRIZÓSTOMO, José Henrique Mendes. **Masculinidade, política e violência**: um caso exemplar na realidade brasileira. Trabalho apresentado no IV Colóquio Varões y Masculinidades, Montevideu – maio de 2011.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. **Loucura, gênero feminino**: as mulheres do Juquery na São Paulo do início do século XX. Revista Brasileira de História. São Paulo. V. 9, n. 18, ago. 89.

DA MATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

FRANCISCO, Renata de Souza. **A homossexualidade situacional entre a população carcerária feminina: um breve estudo do presídio feminino Carlos Tinoco da Fonseca em Campos dos Goytacazes**. Monografia de Conclusão de Curso em Ciências Sociais. Universidade Estadual do Norte Fluminense – Darcy Ribeiro. Campos dos Goytacazes, 2011.

GRUPO GAY DA BAHIA. www.ggb.org.br. Acessado em 30 de maio de 2011.

NEWTON, Esther. Folles et travelos. **Les marginaux et les exclus dans l'histoire**. Cahiers Jussieu n° 5. Université de Paris VIII, 1979.

PELÚCIO, Larissa. **Na noite nem todos os gatos são pardos**. Notas sobre a prostituição travesti. Cadernos Pagu. julho/dezembro de 2005.

PERROT, Michelle. As mulheres, o poder, a história. In: PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres, prisioneiros. 2. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

SILVA, Marinete dos Santos e BILA, Fábio Pessanha. **Travestis em Campos dos Goytacazes**: dois tempos, duas memórias. **Dimensões** – Revista de História da Ufes. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, vol. 23, 2009.

WALKOWITZ, Judith. Sexualidades peligrosas. In: In: DUBY, George e PERROT, Michelle. **História de las mujeres em Occidente**. Madrid: Taurus, 1992.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. In: **Estudos Feministas**. Florianópolis: UFSC, vol. 09, n° 2, 2001.